

Novas Metodologias para a Análise da Relação Turismo e Espaço: Estudo do Lazer em Ambientes Culturalmente Ressignificados em uma Perspectiva Fenomenológica.

Fernanda Beraldo Maciel Leme¹

O presente artigo tem como objetivo discutir a importância de estudos sobre turismo e espaço com base fenomenológica. Serão explanados os principais filósofos desta corrente epistemológica que visa entender o mundo a partir de como este é percebido e vivido pelas pessoas. Contrariamente a uma corrente estruturalista, focaliza o fato de que os sujeitos não são totalmente moldados pela cultura ou estrutura de poder vigente. Estes, enquanto sujeitos dotados da capacidade de criação e reflexão, agem sobre um mundo que não lhe é dado como algo acabado, fechado em conceitos e representações impostas. Os sujeitos sempre podem lidar com possibilidades, criando novos conceitos a partir de suas vivências e, assim, ser um agente dinamizador da cultura. Posteriormente, serão discutidas as aplicações do método nos estudos sobre turismo e espaço. Neste sentido, concentra-se nas possibilidades de se ter na fenomenologia o suporte necessário para o entendimento de como são atribuídos múltiplos significados e afetos para com os lugares. Critica-se assim, o posicionamento científico que entendem os lugares a partir de conceitos cristalizados sobre estes, que acabam por gerar planejamentos turísticos reducionistas. Para o desenvolvimento de tal discussão, serão apresentados dados levantados pela pesquisa de mestrado sobre o turismo em lugares resignificados, ilustrando a importância desta nova metodologia.

Palavras-Chave: Metodologia, Turismo, Espaço.

Introdução.

Como explicitado por Corcuff (2001), o pensamento binário sempre esteve presente nas Ciências Sociais. Este fato pode ser comprovado nas séries de pares de conceitos que, supostamente, se oporiam entre si. Herança do cartesianismo e do mecanicismo, o pensamento linear sempre busca coerência através de negações: uma coisa é sempre definida como isso *ou*

¹ Bacharel em Turismo PUCCAMP, Especialista em Educação Superior para Turismo e Hotelaria SENAC-SP, Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Doutoranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

aquilo. Formado oposições a realidade é tratada de forma dicotômica. Nos estudos culturais nota-se a presença de dicotomias entre termos como individual e coletivo, entre sociedade e indivíduo. Estas oposições foram reforçadas por autores que defendiam ser a sociedade uma entidade específica e o coletivo algo com consciência própria, que ultrapassa as consciências individuais e as influencia.

As dicotomias e as relações de causa e efeito presentes nas pesquisas em ciências sociais não são a única barreira a ser superada. A problemática do sujeito e sua autonomia foi por vezes negligenciada, resultando em pesquisas que desconsideravam a subjetividade e a capacidade de reflexão dos sujeitos. Sendo negligenciada, a capacidade criadora e crítica que confere ao sujeitos o status de dinamizador da cultura, esta também foi considerada como algo cristalizado, capaz apenas de modelar e não de ser modelada pelos sujeitos.

Assim como nas dicotomias, deve-se considerar este “apagar” do sujeito no pensamento científico a partir do Iluminismo. Foi a partir deste que se defendeu a existência de uma ordem das coisas, e que esta estaria pautada em uma racionalidade. O ser humano, ao fazer parte de um mundo racional, deveria ser entendido, da mesma forma, como ser racional. Gardner (1987) defende que, a partir deste pensamento, tem-se a problemática: se o ser humano é subordinado a uma racionalidade e, se a história deste estaria subordinada a leis subjacentes que assegurariam certo grau de previsibilidade a esta, então qual seria a responsabilidade do ser humano? Como pensar esta responsabilidade, já que suas atitudes estariam subordinadas a um contexto histórico?

No século XIX são formuladas leis para se entender a “ordem social”, ou seja, a lei que regeria a sociedade. A questão do indivíduo em si, no entanto, continua a trilhar o mesmo percurso no pensamento científico. Seus pensadores seguiam a premissa iluminista de que o fenômeno humano seria dotado de invariantes, e estas seriam o maior objeto dos estudos sociais. Tratava-se assim, de lidar com exterioridades, determinismos. As individualidades também não fugiriam a esta regra: estariam subordinadas a fatores a determinantes, externos.

Com o Positivismo, desenvolvido por autores como Augusto Comte, instaurou-se que só se poderia observar ou formular teorias sobre as coisas que existem. Para algo ser “real” deveria ter características próprias e ser passível de receber observações e dizeres do sujeito de forma empírica. Ou seja, separa-se sempre o que seria o sujeito e que seria o objeto. Já as metodologias científicas seriam as seqüências lógicas para que o sujeito pudesse verificar de forma fiel a realidade e seus objetos. Nos métodos não poderia haver interferências da subjetividade humana, as atenções estariam voltadas para o objeto e sua objetividade. Quando buscou-se uma explicação para a

“ordem social”, as ciências sociais passam a utilizar leis da física, da matemática e das ciências biológicas em suas análises tentando, desta forma, garantir a imparcialidade preconizada.

Com isso, as Ciências Sociais, enquanto campo científico, foi marcado inicialmente pelas premissas positivistas. O pensamento científico seguiu tentando estabelecer relações causais entre os diversos aspectos da vida social e relações entre as dimensões ideológica e morfológica da sociedade. Criou-se, a partir disso, a noção de “fatos sociais”, referentes a um contexto que determinaria a ação do sujeito. Este conceito, desenvolvido por Émile Durkheim, defende a separação do que seria a consciência coletiva e o que seria a consciência individual. A consciência social exerceria uma coerção sobre o indivíduo e, assim, tudo que passaria pela mente deste, passaria primeiramente por esta consciência.

O pensamento científico sobre a sociedade também defendia que a vida social teria uma base moral/ideacional, envolvendo tanto obrigações quanto criações de idéias coletivas, regulamentadas por instituições. As representações coletivas seriam estas criações, causadas pelo ambiente social. As representações seriam, desta forma, simbólicas, mais originárias da consciência coletiva do que de uma consciência individual. Seguindo este pensamento, poderia-se interpretar que as representações se estabelecem por si próprias, a revelia das pessoas individualmente.

O sujeito não teria, assim, autonomia plena de seus atos. Logo, pode-se afirmar que a ação dos sujeitos não seria tão importante, pois só haveria mudança quando mudado o contexto. Percebe-se, com esta premissa, novamente a problemática mal resolvida de da responsabilidade e papel dos sujeitos na vida social.

Nos estudos sobre a cultura, o pensamento iniciado no Iluminismo, refinado no Positivismo e amadurecido nas Ciências Sociais, repercutiu nas formas como a cultura foi concebida e nos modelos criados para explicá-la. A cultura foi e é recorrentemente entendida, seguindo premissas de um modelo biológico, como um *sistema* ou *estrutura* em si. Torna-se por tanto, um *campo*. Estabelecido qual o campo da cultura, estabelece-se também o que está dentro e o que está fora dele. Isso não significa, na prática, que o que estaria fora deste campo não existisse, mas significa que não será o objeto de interesse nos estudos de cultura. Faz-se desta forma, uma análise estrutural. Nesta análise, a cultura sempre será composta por elementos, cabendo ao pesquisador eleger quais serão os elementos a serem considerados nas suas especificidades e interações, já que estes estariam dentro de uma “morfologia estrutural”.

Um dos maiores colaboradores para o desenvolvimento da noção de estrutura nos estudos de etnologia foi Claude Levi-Strauss, analisado por Sturmer (1987). Para o autor, não se deve

confundir a noção de estrutura social com a de representações sociais. As representações seriam a base para a construção dos modelos que tornam emergente a estrutura social. A análise estruturalista não irá focalizar as relações sociais, mas os modelos que as regem. O pensamento de Levi-Strauss, segundo Sturmer (*Op. Cit.*), concebe que a estrutura social não se refere à uma realidade empírica, mas aos modelos criados de acordo com esta. Os modelos, no entanto, não nasceriam de induções, mas das próprias coisas. Caberia ao cientista social apreender estes modelos mediante observação. A diferenciação entre estrutura e modelo seria pautada no fato de que a estrutura é a relação pela qual os elementos interagem, já o modelo seria a forma padronizada pela qual estas relações se estabelecem. Os verdadeiros modelos não seriam apreendidos pelo consciente de forma fácil, estes estariam no inconsciente.

Mais uma vez, a problemática da autonomia e formação da personalidade individual não é focalizada. De acordo com as premissas expostas, verifica-se um alto grau de determinismo e condicionamento do comportamento do indivíduo. Criam-se, assim, modelos mecânicos e modelos estatísticos para explicá-lo. Objetiva-se a formulação de regras universais para os fenômenos, estes ligados a um tempo e a um espaço que norteariam as relações sociais.

Finalmente, pode-se afirmar que tanto a concepção cartesiana, quanto a positivista e até mesmo a estrutural, a problemática do papel do indivíduo, de sua fala e de suas ações sempre representou uma lacuna. O reflexo desta lacuna nos estudos da cultura é verificado na ênfase dada à sua *forma* e não à sua *plasticidade*, seu caráter dinâmico. A cultura, dentro desta forma sistemática, sempre será regida por relações de causa e efeito. Sua complexidade, oriunda do fato de ser ao mesmo tempo resultado de processos sociais e causa de processos sociais outros, não é considerada. Da mesma forma, a personalidade individual com sua capacidade de mudança e autonomia não é considerada – esta estaria determinada pelas variáveis de um sistema ou estrutura.

Seria necessário pensar, na atualidade, em outras formas de concepção da cultura, que observem o contato com o real mediante a experiência, a percepção. Da mesma forma, parece ser um desafio elaborar outras formas de se pensar o indivíduo e sua personalidade em contato com este real - sem a separação entre sujeito e objeto, entre indivíduo e mundo. Enfim, pensar um mundo antes de qualquer tematização ou distanciamento em relação ao homem. Mundo este que, antes de ser formado por conceitos, modelizações ou sistemas, é, na verdade, um mundo que o homem conhece dinamicamente e não lhe é exterior.

Os estudos em turismo e cultura – apontamentos para novas perspectivas.

Em sua obra Panosso Netto (2005) critica as perspectivas adotadas nos estudos dedicados ao turismo, apontando que as abordagens feitas são insuficientes para a compreensão satisfatória do fenômeno. As abordagens sistêmicas e estruturais delimitam os elementos de uma realidade em campos que, dentro de uma estrutura, são passíveis de serem explicados mediante modelizações. Contudo, o princípio que rege estas abordagens não focaliza a dinamicidade com que os sujeitos dotam de novas significações estes elementos em seu cotidiano, que é perpassado tanto por relações sociais, quanto pela interiorização individual de experiências vividas.

Igualmente, mesmo as pesquisas estruturais sendo válidas para a análise de determinados aspectos da realidade, estas não têm como objetivo principal discutir a capacidade dos sujeitos de refletirem e agirem de modo próprio, fugidio a esta “estrutura”. Como define Castoriadis (1982) os indivíduos são capazes de representar-imaginar-figurar dado objeto sem que necessariamente este esteja dentro das particularidades esperadas em seu conceito formal. As formalidades não impedem os sujeitos de reconhecer e se representar em dado objeto.

A realidade humana, defende ainda Castoriadis (1992), envolve uma realidade social que corresponde quase que totalmente à realidade psíquica. O sujeito seria esta totalidade composta de um corpo biológico, de um ser social (parcialmente consciente) e de uma psique inconsciente. Quando o objeto de análise é a subjetividade do sujeito, a questão fica mais complexa, pois envolve as regiões que comandam o para si, ou o *self* dos indivíduos. A questão relevante é o sujeito *humano* que é ao mesmo tempo meio (o ambiente), os meios e o fim (finalidade) que se almeja. Neste sentido, o sujeito está sempre por vir, é uma criação histórica e cuja história também pode se acompanhar, como colocado pelo autor.

Nestas prerrogativas, a subjetividade humana é entendida por Castoriadis (*Op. Cit.*) como capacidade de *reflexividade* e de *ação* deliberada por meio da vontade. Somente através da reflexividade é que o ser humano é capaz de pensar em si mesmo como objeto de análise, condição esta de objeto deferida como algo circunstancial e não natural. Por outro lado, é somente através da imaginação que a reflexão se faz possível. Para Castoriadis (*Ibd.*) a imaginação possibilita que o ser humano seja capaz de atribuir novas “entidades”, ou seja, de torna-se um ser capaz não apenas de raciocinar e calcular, mas de refletir.

Quando nas pesquisas em turismo o pesquisador vai a campo, este deverá ter a perspectiva de que a realidade empírica está impregnada de valorizações e significações atribuídas pelas pessoas em seu cotidiano que superam o conceito formal dado pela academia. Analisar a cultura nos estudos em turismo seria entendê-la como a própria ação dos sujeitos sobre seu mundo que o

modifica, mas que é também por este modificado. Entender a interface entre turismo e sociedade é considerar o fato de que os sujeitos são influenciados por uma teia de relações sociais, mas que, da mesma forma, são capazes de gerarem novos tipos de reações sociais. Impossível assim, distanciar sujeito e objeto, individual e coletivo - o que estaria em pauta seriam as ações que permitem a estes se tornarem interligados.

Como defendido por Panosso Netto (*Op. Cit.*), a utilização do método fenomenológico nas pesquisas em turismo se mostra válido para preencher as lacunas deixadas pelos métodos estruturais de pesquisa. Seria também um esforço na compreensão das relações não mercadológicas envolvidas no turismo, já que este pressupõe sujeitos que comportam tanto um mundo em sociedade, quanto um mundo interior carregado de subjetividades e de significações próprias.

A fenomenologia pode ser definida como a “ciência dos fenômenos”, entendendo *fenômeno* como tudo aquilo que se revela, que se mostra por si mesmo e *fenomenologia* as “coisas em si mesmas”. O filósofo Heidegger (1989), discorre sobre esse “modo de mostrar-se” dos fenômenos:

Chamamos de aparecer, parecer e aparência a esse modo de mostrar-se. Em grego, portanto, a expressão “fenômeno”, possui também o significado do que “se faz ver assim como”, da “aparência”, do que “parece e aparece”; designa um bem que se deixa e faz ver com se fosse um bem, mas que “na realidade” não é assim como se dá e apresenta. A compreensão posterior de fenômeno depende de uma visão de como ambos os significados de fenômeno (fenômeno como o que se mostra, e fenômeno como aparecer, parecer, aparência) se inter-relacionam reciprocamente em sua estrutura. Somente na medida em que algo pretende mostrar-se em seu sentido, isto é, algo pretende ser fenômeno, é que pode mostrar-se como algo que ele mesmo não é, pode “apenas se fazer ver assim como...”. (HEIDEGGER, 1989, p. 58).

Como menciona o autor, ao se apreender um fenômeno, ou seja, tudo aquilo que se apresenta no mundo, o sujeito está apreendendo *como* o fenômeno se apresenta. Assim, pode-se melhor definir fenomenologia como: “[...] deixar fazer e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo. É este o sentido formal da pesquisa que traz o nome de fenomenologia. Com isso, porém, não se faz outra coisa do que exprimir a máxima formulada anteriormente – “para as coisas elas mesmas!”.” (HEIDEGGER, *Op.Cit.*, p . 65).

Na abordagem dada por Merleu-Ponty (1979), os estudos fenomenológicos podem ser definidos como o esforço de buscar a essência do mundo, tal como ele se mostra para as pessoas, antes de qualquer tematização. Ou seja, os estudos fenomenológicos se dedicam à compreensão do mundo como as pessoas percebem a partir de suas vivências e experiências com este, e não a partir das tematizações e conceituações feitas pela academia. É um voltar às coisas como elas são, pois é compreender o que elas significam a partir da consciência dos sujeitos. Com isso, pode-se dizer que

a fenomenologia se ocupa das intercessões entre os sujeitos, entre o objetivo e o subjetivo humano. Se a objetividade refere-se a “racionalidade”, ou seja, a capacidade de darmos um sentido para as coisas, esta está ligada à capacidade de refletir sobre sucessivas experiências vividas e como estas dialogam com as experiências dos outros.

Merleau-Ponty (*Op.Cit.*), assim como Heidegger (*ibd.*), destaca que o mundo vivido é construído a partir das representações alicerçadas em como as coisas se mostram – tornando difícil a separação conceitual do que seja “aparência” do que seja “realidade”. Mesmo que a ciência se ocupe conceituando, denominando as características e classificando cada objeto existente, o que se poderia denominar de características “reais” do objeto? O que influenciará a “realidade” é como o objeto é percebido por seu observador, de como o objeto, enquanto fenômeno, se faz mostrar. Explica Merleau-Ponty (*op.cit.*, p.13): o mundo é aquilo que nós percebemos:

Pois se posso falar de “sonhos” e de “realidade”, se posso interrogar-me sobre a distinção entre o imaginário e o real, e pôr em dúvida o “real”, é porque essa distinção já está feita por mim antes da análise, é porque tenho uma experiência do real assim como do imaginário, e o problema é agora não o de investigar como o pensamento crítico pode se dar equivalentes secundários dessa distinção, mas o de explicitar nosso saber primordial do “real”, o de descrever a percepção do mundo como aquilo que funda para sempre a nossa idéia de verdade. Portanto, não é preciso perguntar-se se nós percebemos verdadeiramente o mundo, é preciso dizer, ao contrário: o mundo é aquilo que nós percebemos.

Entender a percepção das coisas seria, desta forma, entender também o porque de problemas, a partir desse fato. O estudo da percepção encontra assim sua importância, pois é a chave para que se entenda o mundo construído pelas diversas visões e seus conflitos, já que muitas vezes toma-se por verdade o produto final do processo perceptível. Merleau-Ponty (*ibd.*) propõem que a finalidade dos estudos fenomenológicos seja a descrição e a análise da significação dos fenômenos que “sedam” a consciência e a vivência dos homens, com suas aparências. Para o autor, a percepção não é uma ciência do mundo, um ato ou uma tomada de posição deliberada; mas sim “o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles”. Para o autor, a fenomenologia pressupõe que o mundo é o campo dos pensamentos e de percepções explícitas e não somente um objeto com leis de constituições, como prega a ciência clássica.

Não há somente leis constituintes no mundo e nem mesmo, um “homem interior” habitado por uma “verdade”. Da mesma forma, o homem não pode ser dissociado do mundo que também não pode ser separado de “exterior” ou “interior”, pois está nele e nele se reconhece. Neste sentido, aponta-se aqui a necessidade dos estudos do turismo analisar não somente o turismo como

fenômeno, mas também o palco onde este ocorre, o espaço, dentro de uma perspectiva fenomenológica.

Turismo e espaço – o método fenomenológico como base para uma compreensão cultural.

Na intenção de aplicar novas perspectivas ao estudo da relação turismo e espaço, foram realizadas entrevistas com 386 frequentadores da represa Jaguari-Jacarei (SP) separados nas categorias de turistas, excursionistas, proprietários de casa de veraneio e moradores, para a verificação das possíveis percepções que estes possuíam em relação àquela paisagem. Sendo a percepção ligada à experiência com o observado, as repostas obtidas indicariam a realidade vivida nos momentos em que estes estão na represa. Mais do que isso, almejou-se descrever como a represa se apresenta aos seus usuários, ou seja, quais significações, afetos e atitudes permeiam a relação entre aquele espaço e uma parcela da sociedade que molda, assim, novos olhares culturais sobre as represas.

As grandes represas promovem a solução de problemas para uma grande parcela da sociedade como a falta de energia e o abastecimento. No entanto, as represas também geram impactos sociais para a população atingida, como relata Branco e Rocha (1977). A Universidade de São Paulo (USP) apresentou em seu relatório de 2000 o fato de que no Brasil a construção de represas já desabrigou 1 milhão de pessoas. As desapropriações e as modificações nas paisagens, ligadas à construção das represas, promovem não somente a inviabilidade de práticas econômicas originais, mas também a perda de *lugares* para os que habitavam o local. Se o conceito de lugar pode ser definido como espaço dotado de função e valor, a identidade própria ligada ao lugar onde se vive é renegada ao se retirar o próprio palco onde se estabelece essa ligação.

Contudo, percebe-se um fenômeno interessante: com a mudança na paisagem, decorrente da inserção de grande volume de água, nota-se a presença de pessoas que passam a praticar atividades de lazer e turismo nas represas. Como estas pessoas significam este lugar que, dentro de uma conceituação formal seria um lugar apenas dedicado ao abastecimento? Estas, durante suas vivências na represa, refletem sobre os impactos que esta causou à população local? Como elas sentem os impactos que os outros usuários causam à água? Estas e outras perguntas indicaram valores estéticos e afetivos para com as represas que transcendem sua significação formal. Mais do que isso, indicaram a gênese de alguns problemas existentes entre os que a significam como lugar de abastecimento, no caso os gestores da represa, e os usuários para o lazer e turismo.

Quando indagado aos entrevistados “A represa, para você é um lugar de...” 91,7% dos entrevistados responderam que a represa representa para eles um lugar ligado ao lazer como: lugar de diversão, descanso, lugar para se sair da rotina, para ficar junto da família, bom para namorar, para conhecer pessoas. Os entrevistados que tem a represa primeiramente como um lugar importante para o abastecimento, representaram apenas 5,7% dos entrevistados. Os que atribuem outros valores e funções à represa somaram 2,6%.

Os resultados permitem assim afirmar que o uso para o lazer e turismo gera novas significações e valores para com a represa, diferentes dos atribuídos ao local anteriormente à sua construção e, também, diferentes dos atribuídos pelos que a administram. No entanto, essa (re)significação do espaço através do turismo e lazer pode também (re)produzir o “apagamento” da história local através do desconhecimento dos usuários das transformações ocorridas naquela paisagem pela construção da represa.

A pesquisa demonstrou que atualmente o turismo na represa Jaguari-Jacareí não promove a valorização da história da represa e a identificação das mudanças ocorridas devido à construção desta. Os dados levantados alegam que 62,0% dos usuários entrevistados não sabem ao menos o motivo da construção da represa. Das categorias de entrevistados houve, aproximadamente, uma discrepância de 2,0% dos que afirmaram saber o motivo da construção da represa e dos que responderam corretamente o motivo, ou seja, o abastecimento. Assim, por categoria, notou-se entrevistados que julgaram saber o motivo da construção, mas que na realidade estavam equivocados, afirmando ter sido para geração de energia, lazer ou criação de peixe.

A segunda pergunta da série foi correspondente ao conhecimento dos usuários em relação aos municípios que tiveram áreas inundadas para a construção do reservatório. O resultado obtido foi o de que a grande maioria desconhece quais foram estes municípios. Os turistas constituem a categoria que menos possui um real conhecimento, somando 83,8% dos entrevistados.

Com a pesquisa, concluiu-se que o turismo, como ferramenta para a reflexão da história e memória local, necessita de mecanismos para que os usuários tenham essa perspectiva. Nas represas o patrimônio material fica submerso e por isso não são passíveis de observação; os municípios atingidos também não são perceptíveis através da simples observação devido à grande dimensão do local; a função a que foi destinada também pode ficar imperceptível para quem utiliza a represa para o lazer, assim como as alterações na paisagem, já descaracterizadas.

Foi comprovado também o desconhecimento de 39% dos entrevistados quanto à destinação das águas da represa, ou seja, a função que lhe é atribuída por quem a administra, o abastecimento

público. Esse desconhecimento implica em atitudes e valores de acordo com essa percepção. Desconhecendo o uso final da represa, não podem ter as reais dimensões dos impactos negativos que podem gerar ao abastecimento público quando praticam atividades de lazer com o uso de jet-ski, quando deixam resíduos sólidos ou destroem a mata ciliar.

Contudo, dos 386 usuários entrevistados, 94,6% acredita que, de alguma forma, as pessoas prejudicam a paisagem quando vêm à represa. Na percepção dos entrevistados, os comportamentos danosos ao meio ambiente são: jogar o lixo em locais impróprios, construir casas de veraneio às margens da represa, lançar coliformes fecais na água, excessivo número de pessoas no local, excessivo uso da água para abastecimento, praticar pesca predatória, utilizar barcos a motor que derramam óleos e graxas, fazer fogueiras e destruir a flora local. No entanto, a grande maioria dos entrevistados, 89%, apontou apenas o comportamento de deixar o lixo às margens da represa como prejudicial à paisagem. Ou seja, os usuários são capazes de refletir sobre os impactos causados, porém sua percepção, através da simples vivência na represa nas horas de lazer, não permite que estes percebam, em profundidade, os demais danos causados.

Apreendendo a função imposta da represa, que é o abastecimento, pode-se incentivar atitudes condizentes com essa apreensão (como cuidados com o recurso hídrico) e assim abrir caminho para maiores diálogos com os responsáveis por sua gestão. Isso, na medida em que estes também apreendam a função e as efetividades atribuídas por aqueles que freqüentam a represa como lugar de lazer e turismo. Sem essa apreensão da visão do “outro” entre os diversos atores envolvidos no uso múltiplo da represa, não se poderá definir estratégias para que o local seja ao mesmo tempo um espaço de sociabilização através do lazer, de abastecimento público, e de reflexão sobre os impactos decorrentes da formação desta paisagem.

Atualmente, a significação da represa por parte dos usuários é também negligenciada por aqueles que a têm apenas como um *espaço* de abastecimento. Esta negligência vem sob a forma de descaso com os espaços de recreação de moradores e excursionistas, falta de apoio aos empreendedores do turismo no local e até mesmo fechamento dos espaços “clandestinos” de lazer.

O planejamento turístico nas represas deve envolver, assim, placas informativas, locais abertos à visitação que demonstrem como era o local anterior à represa: as atividades exercidas, os lugares que se perderam, para que o turismo também seja uma ferramenta de sensibilização e reflexão sobre as controvérsias que envolvem as grandes represas. Caso este aspecto não seja contemplado no planejamento, o turismo reforçará as represas como lugares sem memória e identidade, já que os novos significados e funções atribuídos ao local através do turismo, apesar de

criarem novas afetividades e valorizações para com as represas, podem também reforçar o “deslocamento” abrupto do passado daquela paisagem para o esquecimento. Passado este ainda presente nas relações estabelecidas de poder e apropriação do território.

Da mesma forma, deve-se criar mecanismos para que os usuários tenham conhecimento dos impactos causados nas águas devido às suas atitudes nas horas de lazer. Isso poderia auxiliar no combate à depredação da mata ciliar, despejo de lixo, contaminação das águas por barco a motor, entre outros impactos. Neste caso, os problemas são agravados pelo fato de que, a mesma água em que se nada é a água que se bebe.

Considerações finais.

O artigo apontou novas perspectivas para os estudos de turismo. Neste aspecto, apontou a importância de se considerar a subjetividade e a capacidade de reflexão humana nas pesquisas. Com isso superando a perspectiva clássica em ciências sociais que entende os sujeitos como dotados de comportamentos passíveis modelagem dentro de um sistema sócio-cultural imposto. Defende-se que os sujeitos sejam entendidos como atores que lidam com influências das mais diversas, e que isso, porém, não determina todas as possibilidades de percepção que estes terão do mundo. Entendendo que cada pessoa estabelece com o mundo relações mediante sua vivência e experiência neste, esta pode refletir e agir sobre o mundo de modo dinâmico e inovador, fazendo com que a cultura se torne também dinâmica.

Como aponta o texto, o pesquisador pode surpreender-se ao analisar a relação cultura e espaço, verificando percepções, valorizações e atitudes diversas, de grupos diversos, para com um mesmo lugar. Desta forma, entendendo que o lugar não é somente ressignificado através dos tempos, mas também, que existem diversas significações co-existindo em um mesmo tempo/espaço.

A análise do turismo em represas comprova esta hipótese. Ao ser desalojada do seu lugar cotidiano, a antiga população, que ali vivia, significa a represa como algo que modificou suas vidas, muitas vezes atribuindo a esta um tipo de (re)sentimento. A represa é percebida pelos gestores como um lugar de abastecimento público, onde as atividades de lazer ali praticadas provocam impactos ambientais. Ao mesmo tempo, para os que a utilizam para o lazer percebem-na como um lugar de diversão, descanso e de sociabilização. Poucos têm conhecimento dos impactos causados pela construção da represa, da mesma forma, poucos refletem sobre os diversos impactos gerados pela atividade turística no lugar. Contudo, os usuários percebem, devido sua experiência na represa, os

impactos que os atingem de imediato, como o lixo. Da mesma forma, as afetividades com o lugar, frutos da vivência com este, geram o sentimento de preocupação com a represa.

Deve-se, por tanto, analisar como pesquisador e como planejador turístico, as diversas percepções e significações atribuídas aos lugares. As afetividades devem operar a favor dos lugares, da mesma forma, deve-se entender a gênese das atitudes prejudiciais aos lugares, frutos muitas vezes de uma percepção que não abarca as conseqüências de atos cometidos durante os momentos de lazer. Não entender estas diversas visões é tomar medidas reducionistas como o fechamento dos espaços de lazer, impondo uma única significação aos lugares que, culturalmente já não bastam.

Bibliografia

BRANCO, S., ROCHA, A.A. **Poluição, proteção e usos múltiplos de represas**. CESTESB: São Carlos, 1977.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CORCUFF, P. Algumas oposições clássicas em ciências sociais. In: COURCUFF, P. **As novas sociologias**. São Paulo: EDUSC, 2001.

CRESPI, F. **Manual de sociologia da cultura**. Lisboa: Ed. Estampa, 1997.

GARDNER, D. Durkheim on culture. In D. Austin (ed.) *The making of culture*. George Allen & Unwin, 1987.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1989.

LEME, M. F. **Represas como territórios, lugares e paisagens: subsídios para o planejamento turístico sustentável**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

LEVI-STRAUSS, C. A noção de estrutura em etnologia. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PANOSSO, N. A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

STURMER, J. Claude Levi-Strauss. In: AUSTIN-BROOS, Daniel (org.). *Creating culture*. Sydney/London: Allen & Unwin, 1987.